



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
COORDENAÇÃO-GERAL DE INSTRUMENTOS DE REPASSE

II - PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA

Nome da autoridade competente: Diego Donizetti Gonçalves Machado

Número do CPF: 000.XXX.XXX-90

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MDA

UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 490011 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MDA

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 490011 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MDA

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade de Brasília - UnB

Nome da autoridade competente: Rozana Reigota Naves

Número do CPF: 646.XXX.XXX-20

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Universidade de Brasília - UnB

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto de 22 de novembro de 2024, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 225-A, Seção 2.

UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 154040/15257 - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: 154040/15257 - Universidade de Brasília / Programa de Pós-graduação Profissional em Administração Pública

3. OBJETO:

Fortalecer a governança e a eficiência na gestão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA) e do Fundo Garantia-Safra, bem como dos instrumentos de repasse do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

Realizar diagnóstico abrangente e mapeamento dos processos e das ferramentas atualmente empregados pelo MDA na gestão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA) e do Fundo Garantia-Safra, bem como na gestão e fiscalização dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs), convênios e termos de fomento celebrados pelo Ministério.

A demonstração de cumprimento das Etapas, Ações e Produtos elencados neste instrumento será realizada por meio de relatórios parciais/totais de entrega dos produtos e/ou atas de reunião de registro de conformidade das entregas, podendo ser em comum acordo com as equipes de gestão da unidade Descentralizadora realizadas via documentos complementares.

O projeto será desenvolvido conforme descrito a seguir:

Etapa 1: **Diagnóstico da gestão dos Fundos (FTRA e Garantia-Safra):**

1.1 Levantamento documental e normativo; inventário de sistemas, bases de dados e stakeholders; planejamento metodológico Objetivo: Identificar e analisar o arcabouço normativo, institucional e documental que orienta a gestão do FTRA e do Garantia-Safra, bem como levantar os sistemas, bases de dados e principais atores institucionais envolvidos nos processos de gestão, operacionalização e controle dos fundos. Essa sub-etapa também contempla o planejamento metodológico do diagnóstico, incluindo a definição de técnicas de coleta de dados, instrumentos de análise e cronograma das atividades.

Atividades:

- Levantamento documental/normativo; e
- Inventário de bases, relatórios, rotinas e responsáveis.

Entregáveis:

- Inventário documental; e
- Mapa de *stakeholders*.

1.2 Mapeamento dos macroprocessos e subprocessos do FTRA e Garantia-Safra (AS-IS), entrevistas e oficinas técnicas Objetivo: Mapear os macroprocessos e subprocessos atualmente utilizados na gestão do FTRA e do Garantia-Safra, representando o fluxo real de atividades (modelo AS-IS), com base em entrevistas, oficinas técnicas e análise documental. O objetivo é compreender a dinâmica operacional, os fluxos decisórios, as responsabilidades institucionais e as interações entre unidades administrativas, sistemas de informação e atores externos envolvidos na gestão dos fundos.

Atividades:

- Entrevistas com áreas-fim e áreas-meio; e
- Mapeamento “AS-IS” (macroprocessos e subprocessos).

Entregáveis:

- Modelos “AS-IS” (BPMN/fluxos) dos fundos.

1.3 Análise de gargalos, riscos e controles; consolidação do relatório de diagnóstico e mapas de processos Objetivo: Avaliar criticamente os processos mapeados, com foco na identificação de gargalos operacionais, riscos institucionais, fragilidades de controle e oportunidades de aprimoramento na gestão dos fundos. A sub-etapa inclui a consolidação dos achados do diagnóstico em relatório técnico, acompanhado dos mapas de processos elaborados, de modo a fornecer subsídios analíticos para o aperfeiçoamento da governança, da eficiência administrativa e da gestão baseada em evidências.

Atividades:

- Identificação de gargalos, redundâncias e riscos; e
- Recomendações iniciais.

Entregáveis:

- Relatório de diagnóstico; e
- Mapa de processos do FTRA e Garantia-Safra.

Etapa 2: Diagnóstico e mapeamento dos instrumentos de repasse (TEDs, convênios, termos de fomento)

2.1 Levantamento e tipologia dos instrumentos de repasse; análise normativa e institucional.

Objetivo: Identificar e sistematizar os diferentes instrumentos de repasse utilizados pelo Ministério, estabelecendo sua tipologia, finalidades e características operacionais. Esta sub-etapa contempla a análise do arcabouço normativo e institucional que regula os Termos de Execução Descentralizada (TEDs), convênios e termos de fomento, bem como o levantamento das unidades responsáveis por sua gestão, dos sistemas utilizados e das práticas administrativas adotadas no âmbito do Ministério.

Atividades:

- Levantamento e tipologia dos instrumentos vigentes.

Entregáveis:

- Inventário e tipologia dos instrumentos de repasse.

2.2 Mapeamento dos fluxos de celebração, execução, monitoramento e prestação de contas; identificação de indicadores e lacunas.

Objetivo: Mapear os fluxos e procedimentos relacionados à celebração, execução, monitoramento e prestação de contas dos instrumentos de repasse, identificando as etapas, responsabilidades institucionais, sistemas de informação utilizados e mecanismos de controle existentes. A subetapa também contempla a identificação de indicadores atualmente empregados no acompanhamento dos instrumentos e das lacunas informacionais que possam comprometer a eficiência, a transparência e a avaliação dos resultados das parcerias firmadas.

Atividades:

- Mapeamento do ciclo de vida (celebração → execução → monitoramento → prestação de contas → encerramento);
- Pontos de controle, indicadores/metas e lacunas; e
- Mapeamento das integrações e “pontos de verdade” (SEI/SIAFI/+Brasil).

Entregáveis:

- Modelos “AS-IS” (BPMN/fluxos) instrumentos de repasse; e
- Relatório de diagnóstico + mapa de processos dos instrumentos de repasse do MDA.

Etapas 3: Matriz de requisitos, backlog priorizado e ferramenta informatizada inicial.**3.1 Elaboração da matriz de requisitos e backlog priorizado; arquitetura conceitual e modelo de dados**

Objetivo: Sistematizar os requisitos funcionais e não funcionais identificados ao longo do diagnóstico, organizando-os em uma matriz de requisitos que reflita as necessidades institucionais do Ministério. A sub-etapa inclui a priorização dessas demandas em um backlog estruturado, bem como a definição da arquitetura conceitual da solução e do modelo de dados que dará suporte à ferramenta informatizada de gestão.

Atividades:

- Oficinas de requisitos (usuários/gestores/controle); e

- Requisitos funcionais e não funcionais (dados, integrações, auditoria, perfis).

Entregáveis:

- Matriz de requisitos (funcionais, dados, integração, compliance, BI).

3.2 Desenvolvimento incremental da ferramenta informatizada (sprints), com código-fonte e documentação.

Objetivo: Desenvolver, de forma incremental e iterativa ferramenta informatizada, utilizando ciclos de desenvolvimento (sprints) que permitam implementar progressivamente as funcionalidades priorizadas. A sub-etapa inclui a entrega do código-fonte da solução, bem como a documentação técnica necessária para garantir sua compreensão, manutenção e evolução futura.

Atividades:

- Desenho de arquitetura alvo e modelo de dados; e
- Critérios de aceite por sprint.

Entregáveis:

- Backlog priorizado (valor público/risco/dependências); e
- Arquitetura técnica + modelo de dados + plano de integrações.

3.3 Testes, homologação, implantação, capacitação e relatório final

Objetivo: Realizar os testes funcionais e operacionais da ferramenta desenvolvida, em conjunto com as equipes do Ministério, com vistas à validação das funcionalidades implementadas e à homologação da solução. A subetapa também contempla a implantação da ferramenta em ambiente definido pela unidade demandante, a capacitação dos usuários envolvidos na sua utilização e a elaboração do relatório final consolidando as entregas realizadas no âmbito do projeto.

Atividades:

- Contratação da implementação instrumental (se aplicável);
- Desenvolvimento por sprints;
- Homologação e termo de aceite; e
- Implantação e capacitação.

Entregáveis:

- Versões incrementais (releases) + relatórios de sprint;
- Ferramenta informatizada inicial implantada + documentação + código-fonte + manual do usuário; e
- Capacitação (turmas) + material.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Os instrumentos de política agrária e de apoio à agricultura familiar administrados pelo MDA, em particular o Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA), o Fundo Garantia-Safra, bem como os Termos de Execução Descentralizada (TEDs), convênios e termos de fomento, operam em um ambiente de elevada complexidade normativa, financeira e federativa, envolvendo múltiplos níveis de governo, regras específicas de elegibilidade, cofinanciamento e monitoramento de metas físicas e financeiras. Em contextos análogos de fundos públicos e transferências voltadas ao meio rural, a literatura tem mostrado que a ausência de processos claramente mapeados, de rotinas padronizadas e de sistemas integrados de gestão amplia riscos de ineficiência, fragiliza os mecanismos de controle social e cria condições favoráveis à ocorrência de irregularidades e inconsistências informacionais (Magini e Damasceno, 2020; Razak et al., 2024). Em chave convergente, Brandt e Vidotti (2021) argumentam que a governança de dados nas organizações públicas depende do conhecimento detalhado dos processos de negócio e da explicitação dos metadados de informação que lhes dão suporte, condição essencial para accountability, rastreabilidade e controle.

No âmbito da Administração Pública, o referencial sobre diagnóstico e mapeamento de processos oferece base consistente para sustentar metodologicamente intervenções voltadas à melhoria da gestão. Miranda (2014) propõe um método prático de modelagem de processos de gestão da informação em quatro fases — planejamento e diagnóstico, mapeamento, monitoramento e intervenções — com ênfase em coleta estruturada de dados, validação junto aos responsáveis pelos fluxos, elaboração de documentos de processo e criação de indicadores. De modo complementar, Oliveira et al. (2022), em revisão sistemática sobre modelagem de processos na administração pública, mostram a consolidação de abordagens de Business Process Management (BPM) e do uso de BPMN como linguagem recorrente para descrever, redesenhar e implantar melhorias em processos públicos. Esses estudos sugerem que o mapeamento de processos, quando bem conduzido, não se reduz à elaboração de fluxogramas, mas constitui um procedimento analítico voltado a identificar atores, responsabilidades, sistemas, documentos, pontos de decisão, desvios e oportunidades de melhoria.

Essa perspectiva também aparece em estudos aplicados em organizações públicas brasileiras. Cosmo et al. (2023), em pesquisa-ação conduzida em instituição pública de ensino, mostram como entrevistas, análise documental, grupos focais e modelagem BPMN dos estados atual e futuro podem ser articulados à prototipagem de soluções digitais e à construção de instrumentos de acompanhamento. De forma ainda mais próxima à realidade da gestão orçamentário-financeira, Umbelino de Farias e Medeiros (2023) aplicam o ciclo de vida de BPM a processos de empenho, liquidação e pagamento em um Instituto Federal, demonstrando que a padronização e documentação dos fluxos permitem reorganizar o trabalho contábil, melhorar a coordenação entre unidades e aproximar os processos das lógicas operacionais de sistemas governamentais. Já Moreira et al. (2022), ao analisarem o processo de apuração do ICMS nas atividades agropecuárias, mostram que a modelagem de processos também é útil para explicitar fluxos interorganizacionais de dados, identificar pontos de descontinuidade informacional e redesenhar rotinas cujo desempenho afeta diretamente a distribuição de recursos.

No campo específico da melhoria de processos na administração pública federal, há evidências de ganhos concretos em eficiência, padronização e rastreabilidade quando se aplicam metodologias de BPM, Lean Six Sigma e Teoria das Restrições. Nacife et al. (2022), no contexto do Ministério da Agricultura, descrevem o desenvolvimento da aplicação “Process ADM” a partir de diagnóstico detalhado e mapeamento dos macroprocessos de formalização, execução, monitoramento e prestação de contas de convênios via Plataforma +Brasil. Segundo esses autores, o trabalho envolveu a identificação de pontos críticos como análise de planos de trabalho, verificação de elegibilidade, emissão de pareceres técnico-jurídicos, ordens de

pagamento e julgamento de prestações de contas, evidenciando a importância de um olhar processual prévio ao desenvolvimento de soluções informatizadas. Em paralelo, Bandeira et al. (2020), ao aplicarem a Teoria das Restrições a processos de pagamento contínuo, identificaram a etapa de liquidação no SIAFI como gargalo crítico, demonstrando que a análise de restrições pode orientar intervenções cirúrgicas em processos administrativos fortemente dependentes de rotinas contábeis e financeiras.

Além do mapeamento, a literatura reforça a necessidade de integrar processos, informação e requisitos de sistemas. Brandt e Vidotti (2021) sustentam que o mapeamento dos processos deve servir de base para a identificação das informações essenciais do negócio, transformadas em metadados capazes de orientar tanto a construção de sistemas quanto a implementação de governança de dados. Na mesma direção, Miranda (2014) defende que os documentos de processo devem incluir objetivos, entradas, saídas, referências normativas, desvios, custos e competências, constituindo uma base relevante para a definição de requisitos funcionais e não funcionais. Gessner et al. (2021), ao tratarem de business process compliance management na administração pública, avançam ao demonstrar que a conformidade normativa deve ser incorporada já na fase de mapeamento, por meio da integração entre áreas de processos, sistemas e jurídico. Para o caso do MDA, isso indica que a futura ferramenta de gestão não deve ser concebida apenas como repositório de informações financeiras, mas como solução derivada de processos concretos, de regras administrativas e de exigências legais e de controle.

Outro eixo particularmente relevante é o da gestão de riscos, dos controles internos e do compliance por processo. Rodrigues et al. (2022), ao relatarem a implementação de auditoria baseada em riscos em instituição pública de saúde, descrevem uma sequência metodológica composta por mapeamento de processos, identificação de eventos de risco, análise de causas e consequências, avaliação de controles preventivos, detectivos e corretivos e priorização das ações de auditoria. Augusto et al. (2021), em estudo sobre dispensa de licitação durante a pandemia, mostram que o mapeamento do fluxo permite localizar gargalos e riscos de fraude em cada etapa do processo, tornando visíveis vulnerabilidades que permaneceriam dispersas em uma análise apenas normativa. Ortigara e Razzolini Filho (2020), por sua vez, demonstram que a utilização da estrutura COSO-II na gestão e fiscalização de contratos públicos fortalece a decisão do gestor ao conectar controles internos, risco e eficiência operacional. Em conjunto, esses trabalhos sugerem que o diagnóstico dos processos do FTRA, do Garantia-Safra e dos instrumentos de repasse deve resultar não apenas em mapas de fluxo, mas também em matrizes de riscos e controles capazes de orientar regras de negócio, trilhas de auditoria, segregação de funções e critérios de priorização de fiscalizações.

Em paralelo, estudos sobre fundos setoriais e programas de transferência revelam limitações importantes nos arranjos atuais de monitoramento, prestação de contas e transparência. No Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Flores et al. (2024) mostram que, embora os sistemas eletrônicos de consulta pública representem avanço relevante, persistem dificuldades de desenho dos fluxos de monitoramento, de uso gerencial das informações e de efetividade do controle à distância. Em nível municipal, Magini e Damasceno (2020) evidenciam que a dispersão das informações em diferentes portais de transparência dificulta a extração, integração e interpretação dos dados necessários ao controle social sobre a aplicação dos recursos. Em âmbito nacional, Feliciano et al. (2019) assinalam que, embora sistemas como Finbra e Siops apresentem ampla cobertura, a completude das variáveis é desigual, o que exige cautela quando esses dados são utilizados para fins de gestão, monitoramento e accountability. De modo mais geral, Silva et al. (2007) já destacavam o papel central dos sistemas de contabilidade governamental, especialmente o SIAFI, na disponibilização de informações orçamentárias e financeiras como instrumento de controle social, ainda que a utilidade dessas informações dependa de sua inteligibilidade, organização e integração com outras dimensões da ação pública.

Nesse sentido, a literatura sugere que o problema não é apenas a ausência de dados, mas sua fragmentação e a dificuldade de articular informações contábeis e financeiras com metas físicas, evidências de execução e regras específicas dos instrumentos de repasse. Moreira et al. (2022) mostram que a qualidade dos fluxos de dados interfere diretamente no cálculo de indicadores e, conseqüentemente, na distribuição de recursos, o que reforça a pertinência de tratar a integração físico-financeira como problema de processo e de arquitetura da informação, e não apenas de tecnologia. De forma correlata, Umbelino de Farias e Medeiros (2023) mostram que a aproximação entre modelagem de processos e sistemas oficiais de execução financeira é

viável e pode produzir ganhos concretos na organização do trabalho e na padronização das rotinas. Para o caso do MDA, isso sugere que a consolidação de dados e saldos dos fundos agrários deve estar articulada à lógica da execução orçamentário-financeira federal, sem perder de vista as metas físicas e as particularidades operacionais dos instrumentos de transferência.

Apesar desses avanços, a literatura disponível permanece predominantemente setorial e fragmentada. Há estudos sobre convênios em ministérios específicos (Nacife et al., 2022), sobre processos contábeis em instituições federais de ensino (Umbelino de Farias e Medeiros, 2023; Bandeira et al., 2020), sobre fundos municipais (Magini e Damasceno, 2020), sobre programas de transferência educacional (Flores et al., 2024) e sobre governança de dados, riscos e compliance em contextos públicos diversos (Brandt e Vidotti, 2021; Gessner et al., 2021; Rodrigues et al., 2022; Augusto et al., 2021). Contudo, no conjunto analisado, não se identifica uma proposição integrada de arquitetura de requisitos para um sistema que consolide, de forma consistente com a arquitetura fiscal federal, a gestão simultânea de fundos rurais e instrumentos de repasse, articulando eventos orçamentário-financeiros, metas físicas, regras de cofinanciamento e mecanismos de mitigação de risco típicos de instrumentos como o FTRA e o Garantia-Safra. Com cautela, pode-se inferir que há uma lacuna entre, de um lado, abordagens consolidadas de diagnóstico e mapeamento de processos e, de outro, a tradução desses diagnósticos em matrizes de requisitos e backlogs priorizados aptos a orientar o desenvolvimento de sistemas integrados de monitoramento de fundos e transferências.

Também ganha força, na literatura recente, a ideia de que a efetividade de fundos de desenvolvimento rural e de transferências condicionadas depende não apenas de marcos legais bem desenhados, mas de arranjos de governança e de ferramentas digitais capazes de integrar fluxos administrativos, controles e participação social. Razak et al. (2024), ao analisarem experiências com fundos de vilas na Indonésia, mostram que a combinação de estruturas de governança claras com aplicações públicas digitais pode reduzir riscos de corrupção, ampliar a transparência e melhorar a qualidade da participação comunitária na alocação de recursos. Ainda que se trate de contexto institucional distinto do brasileiro, o argumento é transferível em termos analíticos: a governança dos fundos e instrumentos do MDA tende a ser fortalecida quando as informações financeiras, as metas físicas, os controles administrativos e as interfaces de transparência são concebidos de modo integrado.

Transpondo esse entendimento para o caso brasileiro, torna-se estratégico dotar o MDA de uma ferramenta capaz de consolidar dados e saldos financeiros dos fundos agrários, vincular essas informações a metas físicas, registrar eventos críticos do fluxo administrativo e incorporar, desde sua concepção, requisitos de governança, controle e transparência coerentes com o ambiente institucional federal. Nessa direção, o objeto proposto — realizar diagnóstico abrangente e mapeamento de processos e ferramentas atualmente utilizadas pelo MDA para a gestão do FTRA, do Fundo Garantia-Safra e dos instrumentos de repasse associados; elaborar a matriz de requisitos e o backlog priorizado de um sistema de gestão; e, com base nisso, desenvolver de forma incremental uma ferramenta informatizada inicial para consolidação de dados e monitoramento de metas — responde diretamente às lacunas identificadas e às necessidades específicas da política agrária. O diagnóstico e o mapeamento são condições necessárias para identificar sobreposições, lacunas de controle, gargalos e incoerências entre fluxos setoriais e a espinha dorsal contábil-legal representada pelo SIAFI e pelo modelo de contabilidade pública (Silva et al., 2007; Umbelino de Farias e Medeiros, 2023). A matriz de requisitos e o backlog priorizado, por sua vez, permitem converter esses achados em especificações funcionais, de dados, integração e controle, organizadas por criticidade e dependência, em linha com boas práticas de melhoria de processos e de desenvolvimento incremental de soluções no setor público (Cosmo et al., 2023; Nacife et al., 2022; Bandeira et al., 2020).

Por fim, o desenvolvimento incremental de uma ferramenta inicial com capacidade de consolidar saldos financeiros e monitorar metas físicas e financeiras responde à demanda, recorrente na literatura, por sistemas que superem a visão exclusivamente contábil e incorporem informações operacionais relevantes para a gestão e para o controle social (Feliciano et al., 2019; Magini e Damasceno, 2020; Flores et al., 2024). Essa orientação é compatível com experiências de pesquisa-ação e prototipagem em BPM, nas quais o redesenho de processos alimenta formulários eletrônicos, painéis de acompanhamento e ciclos sucessivos de refinamento com usuários (Cosmo et al., 2023), bem como com abordagens em que a modelagem de processos informa a implantação de funcionalidades junto às áreas de tecnologia da informação (Umbelino de Farias e Medeiros, 2023). Assim, o projeto se justifica

por três razões complementares: responde a uma lacuna na literatura sobre integração de fundos rurais e instrumentos de repasse em ambiente federal; apoia a melhoria da eficiência, da eficácia e da transparência da gestão do FTRA, do Fundo Garantia-Safra e dos TEDs, convênios e termos de fomento do MDA; e fortalece mecanismos de controle interno, externo e social por meio de uma ferramenta informatizada ancorada em diagnóstico, requisitos sólidos e governança adequada.

Do ponto de vista jurídico-institucional, a conformidade com a Lei nº 8.958/1994 e com o Decreto nº 7.423/2010 reforça a necessidade de que as etapas de diagnóstico, mapeamento, definição da matriz de requisitos e elaboração do backlog priorizado sejam conduzidas diretamente pela UnB e por sua fundação de apoio, por constituírem o núcleo conceitual e estratégico do objeto. Trata-se de atividades que exigem domínio da arquitetura de finanças públicas federais, dos instrumentos jurídicos de transferência e das metodologias de análise de processos e governança de sistemas de informação (Brasil, 1994; Brasil, 2010; Fernandes e Bezerra Filho, 2016). A eventual contratação de empresa especializada restrita à implementação instrumental da ferramenta, por meio de sprints com preço fixo por entregável, condicionada a termos de aceite da UnB/MDA e com entrega obrigatória de código-fonte e documentação, é coerente com a literatura sobre governança de sistemas de informação no setor público, segundo a qual o núcleo de concepção, modelagem e definição de requisitos deve permanecer sob controle da administração ou da instituição de pesquisa responsável, como forma de evitar dependência tecnológica e preservar aderência às necessidades de gestão e controle (Brandt e Vidotti, 2021; Gessner et al., 2021; Razak et al., 2024).

Referências:

Bandeira, R. C. da S., Amaral, T. de S., Barroso, Y. Y. G., Souza Júnior, A. A., & Santiago, S. B. (2020). A utilização da Teoria das Restrições no processo de pagamento de serviços continuados de uma IFES – Instituição Federal de Ensino Superior. *Brazilian Journal of Development*, 6(5), 27009–27024. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n5-231>.

Brasil. (1994). Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Presidência da República.

Brasil. (2010). Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior, as instituições científicas e tecnológicas e as fundações de apoio. Presidência da República.

Feliciano, M., Damázio, S. L., Medeiros, K. R. de, Alencar, F. L., & Bezerra, A. F. B. (2019). Avaliação da cobertura e completude de variáveis de sistemas de informação sobre orçamentos públicos em saúde. *Saúde em Debate*, 43(121), 341–353.

Fernandes, E. S., & Bezerra Filho, J. E. (2016). Subsistema de informação de custos no setor público: Proposta de um modelo de mensuração e acumulação com base na contabilidade por competência. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 9(2), 204–223.

Flores, M. L. R., Scherer, R. M. D., Bueno, R. de C. S. de S., & Andrade, L. M. de. (2024). Problemas na prestação de contas do PDDE Básico: Limites e possibilidades do monitoramento amostral. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 40(1). <https://doi.org/10.21573/vol40n12024.134919>.

Gessner, E., Juliatto, D. L., Lezana, Á. G. R., & Dantas, L. A. da N. A. (2021). Diretrizes para abordagem de business process compliance management na administração pública. *Revista Gestão & Tecnologia*, 21(2), 264–288. <https://doi.org/10.20397/2177-6652/2021.v21i2.1972>.

Magini, M., & Damasceno, J. C. M. (2020). Proposta de modelagem de um sistema web, utilizando dados abertos, para apoiar na tomada de decisão do conselho municipal de assistência social de Macaé. *Revista Femass*, 1(1). <https://doi.org/10.47518/rev.v1i1.7>.

Miranda, S. V. de. (2010). A gestão da informação e a modelagem de processos. *Revista do Serviço Público*, 61(1), 97–112.

Nacife, J. M., Barbosa, K. de A., Melo, S. L. de, Queiros, L., Oliveira, M. R., & Cruz, J. E. (2022). Business process management in the context of international public administration: An informetric analysis. *Research, Society and Development*, 11(17), e172111738154. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i17.38154>.

Nacife, J. M., Cruz, J. E., Barbosa, K. de A., Silva, F. F. da, Cardoso, F. M. C. B., Souza, M. de M., & Faria, L. Q. (2022). Development of a web application for the optimization of administrative processes: Application of the lean methodology for priority classification. *Independent Journal of Management & Production*, 13(5). <https://doi.org/10.14807/ijmp.v13i5.1800>.

Oliveira, M. N. de, Carvalho, K. M. de, Cavallari, V. C., Oliveira, M. de F., & Antunes, M. A. (2022). Modelagem de processos na administração pública: Uma revisão sistemática integrativa com olhar internacional. *Research, Society and Development*, 11(7), e17811729786. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i7.29786>.

Ortigara, L. M., & Razzolini Filho, E. (2020). A decisão do gestor público, baseada nos controles internos, é eficiente? *Gestão de risco como política pública. Revista Tecnologia e Sociedade*, 16(43), 46–65.

Razak, M. R. R., Sofyan, B., Sofyan, W., Lubis, S., & Rais, T. R. (2024). Development of integrated village fund governance model with siberas public service application. *Edelweiss Applied Science and Technology*, 8(5), 2184–2198. <https://doi.org/10.55214/25768484.v8i5.1969>.

Rodrigues, J. V. S. (2021). Ferramenta de auditoria baseada em riscos (ABR): Implementação e gerenciamento em uma instituição de saúde. *Revista de Gestão em Sistemas de Saúde. Observação: localizei o trabalho e o ano, mas não encontrei metadados bibliográficos completos e confiáveis o suficiente para fechar volume, número, páginas e DOI.*

Silva, R. A. da, Silva, E. P. de la S., Adriano, N. de A., & Galazzi, G. A. (2007). A contabilidade governamental e os sistemas de informações gerenciais do governo federal brasileiro como instrumentos de controle social: A disponibilização das informações orçamentárias e financeiras pela internet. *Revista Universo Contábil*, 3(2), 73–86. <https://doi.org/10.4270/ruc.20073>.

Umbelino de Farias, Í. F. S., & Machado de Medeiros, M. F. (2023). Integração de esforços de servidores da área de contabilidade em um Instituto Federal de Ensino baseado no BPM. *Revista Inovação, Projetos e Tecnologias (IPTEC). Observação: confirmei autores, título, periódico e ano, mas a busca retornou metadados incompletos para volume, número, páginas e DOI.*

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

6.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

- Sim
 Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

7.1. A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
 Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

8.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

Sim, até o limite de 20% do valor global pactuado

Não

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	ETAPA	DESCRIÇÃO	Valor Total	Início	Fim
1	Diagnóstico e mapeamento da gestão do FTRA e do Fundo Garantia-Safra		R\$ 1.200.000,00	Mês 1	Mês 3
	1.1	Levantamento documental e normativo; inventário de sistemas, bases de dados e stakeholders; planejamento metodológico	R\$ 400.000,00	Mês 1	Mês 1
	1.2	Mapeamento dos macroprocessos e subprocessos do FTRA e Garantia-Safra (AS-IS), entrevistas e oficinas técnicas	R\$ 400.000,00	Mês 2	Mês 2
	1.3	Análise de gargalos, riscos e controles; consolidação do relatório de diagnóstico e mapas de processos	R\$ 400.000,00	Mês 2	Mês 3
2	Diagnóstico e mapeamento dos instrumentos de repasse (TEDs, convênios e termos de fomento)		R\$ 600.000,00	Mês 4	Mês 5
	2.1	Levantamento e tipologia dos instrumentos de repasse; análise normativa e institucional	R\$ 300.000,00	Mês 4	Mês 4
	2.2	Mapeamento dos fluxos de celebração, execução, monitoramento e prestação de contas; identificação de indicadores e lacunas	R\$ 300.000,00	Mês 5	Mês 5
3	Matriz de requisitos, backlog priorizado e ferramenta informatizada inicial		R\$ 1.200.000,00	Mês 6	Mês 12
	3.1	Elaboração da matriz de requisitos e backlog priorizado; arquitetura conceitual e modelo de dados	R\$ 300.000,00	Mês 6	Mês 6
	3.2	Desenvolvimento incremental da ferramenta informatizada inicial (sprints), com código-fonte e documentação	R\$ 700.000,00	Mês 7	Mês 10
	3.3	Testes, homologação, implantação, capacitação e relatório final	R\$ 200.000,00	Mês 11	Mês 12

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO		VALOR
Maio/2026		R\$ 1.500.000,00
Novembro/2026		R\$ 1.500.000,00
11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD 30879420260027-005840		
CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33.90.37 - Ressarcimento FUB (Resolução CAD n. 00045/2014)	Sim	R\$ 300.000,00
33.90.39 - Despesas operacionais e administrativas da fundação de apoio	Sim	R\$ 200.000,00
33.90.39 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	Não	R\$ 2.500.000,00
Observação: O preenchimento do PAD deverá ser até o nível de elemento de despesa.		
12. PROPOSIÇÃO		
ROZANA REIGOTA NAVES Reitora Universidade de Brasília - UnB		
13. APROVAÇÃO		
DIEGO DONIZETTI GONÇALVES MACHADO Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA		



Documento assinado eletronicamente por **Diego Donizetti Goncalves Machado, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**, em 22/05/2026, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rozana Reigota Naves, Usuário Externo**, em 25/05/2026, às 21:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **52793941** e o código CRC **82AF1CBF**.